

(comunicação de M. Sertório ao 3º congresso de oposição democrática, em Aveiro, Abril de 1973)

I - "PORTUGAL AQUI E AGORA"?

É frequente depararmos hoje com a expressão "Portugal aqui e agora".

Tal expressão chama correctamente a atenção para a necessidade de procedermos à análise das estruturas sociais existentes no nosso país e do processo do seu funcionamento. Sem essa análise, sem a "análise concreta da situação concreta" segundo as palavras de Ulianov, jamais poderá, com efeito, ser formulada uma tática política justa. Mas este apelo à realidade não será muitas vezes lançado ou entendido no sentido da desnecessidade de toda e qualquer teorização sobre essa mesma realidade? Se assim é, será possível analisar a sociedade portuguesa sem recorrer à teoria política? A resposta tem de ser negativa.

Entre a contemplação imediata da realidade e o momento da sua análise científica inter põe-se necessariamente o pensamento abstracto que, como resultado da generalização da prática social anterior, nos permite utilizar os conceitos e as leis por ele elaborados (como os conceitos de classe, de contradição, de modo de produção, a lei da mais-valia, etc.). Sem estes instrumentos teóricos não pode haver análise social correcta nem, portanto, nenhuma formulação política justa. A teoria tem não só a função de nos fazer conhecer a realidade para lá das suas aparências como é a alavanca imprescindível da nossa acção sobre ela, a condição necessária para nos anteciparmos à prática social a fim de melhor a orientarmos. É por esta razão que sem a teoria da modificação "qualitativa" da sociedade não há movimento capaz de efectuar tal modificação, de acordo com a expressão equivalente (mas bem mais clara) de Ulianov.

A prática e a teoria estão dialécticamente associadas. A prática sem teoria é simples praticismo, é a degenerescência empírica que crê ingenuamente poder agir sobre a realidade exterior através da sua contemplação imediata. O praticismo é um falso realismo que, em política, pode tomar diversas formas: economismo, espontaneísmo, eleitoralismo, militarismo. Por seu lado, a teoria sem prática é mero teoricismo, é a degenerescência dogmática que julga apreender a complexidade da vida sem passar pelo momento da acção.

Para o socialismo científico, a actividade política correcta não é nem pode ser praticista nem teorista mas sim, na expressão de um dos seus fundadores, "crítico-prática" isto é: uma actividade orientada por uma teoria crítica e uma crítica do que existe orientada para a prática. O socialismo científico diz-nos, assim, que "Portugal aqui e agora" não poderá ser apreendido nem servir de objecto a nenhuma prática social coerente a não ser através da teoria crítica que nos mostra que antes de um "Portugal aqui" existir um Portugal que é um anel da cadeia imperialista e que antes de um "Portugal-agora" há um Portugal que é a simples ilustração do domínio político da burguesia constituída em Estado.

II - O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A história ensina-nos que as forças produtivas se desenvolvem continuamente, embora segundo um ritmo variável e com períodos de estagnação. Ao nível atingido por elas numa dada fase corresponde um certo tipo de relações de produção entre os homens. Esta correspondência dá origem ao conceito de modo de produção, que determina fundamentalmente o regime social de cada época. É certo que a formação económica de um país apresenta frequentes vezes traços próprios de vários modos de produção, mas um destes é então dominante.

No modo de produção capitalista, a classe burguesa detem a propriedade dos meios de produção enquanto a classe operária é obrigada a vender-lhe a

sua força de trabalho. A lógica interna do sistema conduz, assim, à apropriação pela primeira da mais-valia produzida pela segunda e à fixação do lucro máximo como objectivo da produção. Como o desenvolvimento das forças produtivas e a complexidade da produção dão a esta um carácter marcadamente social, estabelece-se uma contradição de base entre este facto e a propriedade privada dos meios de produção. Esta contradição tem-se agravado na última fase do capitalismo, que é o imperialismo. Por um lado, o grande incremento das forças produtivas imprime à produção uma natureza social cada vez mais clara. Por outro lado, o número dos proprietários dos meios de produção torna-se incessantemente mais restricto como consequência das próprias características da fase imperialista: fusão do capital bancário e do capital industrial (dando lugar ao capital financeiro), concentração da produção e do capital (o que está na origem dos monopólios), criação de uniões monopolistas internacionais (de que as sociedades multinacionais são o exemplo mais recente).

Assim, as relações de produção atrasam-se progressivamente em comparação com as forças produtivas, que acabam por não ser utilizadas em todo o seu potencial.

Mas o imperialismo não se limita a aprofundar a contradição básica do modo de produção capitalista no interior da formação económica de cada país. Ele agrava também as contradições entre os estados capitalistas avançados e as colónias, semi-colónias e outros países dependentes, pois acentua as diferenças do seu desenvolvimento através do sistema de trocas desiguais que estabelece entre eles. Esta situação é, no fundamental, o produto de dois mecanismos:

1º- exportação de capital para onde a mão de obra e (ou) as matérias primas são mais baratas (o que tem sido a forma mais eficaz de domínio sobre os países economicamente menos desenvolvidos);

2º- redistribuição territorial e económica de extensas e ricas regiões do mundo entre os grandes monopólios de diversos países, pelo sistema neocolonialista.

Em torno do centro imperialista, constituído pelos Estados capitalistas mais avançados, deparamos, portanto, com um conjunto de países dependentes desse centro e que se situam em esferas ou círculos diversos: colónias de estrutura clássica, semi-colónias e países capitalistas subdesenvolvidos. Com o imperialismo, verifica-se, assim, a tendência para a mundialização do modo de produção capitalista e para o domínio crescente dos Estados menos desenvolvidos pelo de capitalismo avançado. Os monopólios do Estado imperialista mais poderoso (os Estados Unidos da América) controlam mesmo sectores principais da economia de outros países pertencentes ao centro do imperialismo. É assim que os seus investimentos na Europa ocidental passaram, entre 1950 e 1965, de 2.000 milhões a 14.000 milhões de dollars e se cifram hoje em cerca de 20.000 milhões.

A lei do desenvolvimento do capitalismo na fase imperialista é, pois, em todos os países, a criação e a concentração de monopólios, com as consequências já apontadas quanto a cada formação económica e à escala internacional. Desse modo, nem os monopólios podem ser abolidos nem os países dependentes podem ser libertos do domínio do imperialismo estrangeiro sem que se verifique a extinção do modo de produção capitalista.

III - O ESTADO BURGUES

As condições de vida material da sociedade determinam as superestruturas desta (o Estado, as outras instituições políticas, o direito, a moral, etc.). O socialismo científico, porém, repudia o materialismo económico vulgar, mecanicista, segundo o qual a base económica não receberia das superestruturas, em retorno, nenhuma influência. O materialismo histórico conclui, pelo contrário, que se verifica uma interacção entre a base económica da sociedade e as superestruturas, as quais dispõem, portanto, de uma autonomia relativa.

A superestrutura política é aquela cuja acção sobre a base é mais pode-

rosa. O Estado ocupa nela o primeiro lugar. Ele é a organização política da classe ou das classes economicamente dominantes, através da qual estas exercem a sua ditadura. A sua função é salvaguardar o regime económico existente e reprimir a resistência das classes dominadas. Ele assegura, assim, a reprodução das relações de produção, mesmo quando estas entram em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas. Nunca esta contradição poderá, por isso, tornar-se automaticamente explosiva.

A característica específica do Estado é o poder coercitivo. Este poder é exercido especialmente pelo aparelho administrativo e pelas forças de repressão (exército, polícias, etc.). Mas a forma peculiar revestida pelo Estado é sempre determinada pela luta de classes e pela correlação de forças entre elas.

Durante o período de desenvolvimento do capitalismo, as diversas camadas da burguesia formaram um largo bloco dominante, no qual o lugar hegemónico coube aos capitalistas comerciais e aos bancos. O Estado, ao reflectir a constituição deste bloco, apresentava certas características liberais não só em relação aos outros extractos burgueses como também em face de outras classes, ou já politicamente vencidas (nobreza, etc.) ou ainda insuficientemente fortes para o ameaçarem (caso do proletariado). Na fase imperialista o domínio do capital financeiro e dos grandes industriais no seio da burguesia conduz, como já vimos, à criação e ao fortalecimento incessante dos monopólios. O bloco político dominante restringe-se assim sob a hegemonia incontestável da fracção monopolista. O Estado reproduz a nova situação. Assistimos, por isso, a numerosas formas de programação, de intervenção e de controlo estatais, de natureza económica e financeira, com o objectivo de proteger e reforçar os monopólios. Estes passam a ser financiados pelo Estado, com cujo aparelho se vão progressivamente fundindo ao ponto de constituírem com ele um todo único, que é o capitalismo monopolista de Estado. A camada monopolista passa a utilizar livremente a engrenagem estatal em seu benefício. Como, nesta fase, se agravam os antagonismos entre as classes, os mecanismos de concentração do poder recebem um forte impulso e o aparelho repressivo é frequentemente reforçado.

A ditadura capitalista é exercida já não apenas sobre as classes não burguesas mas também sobre extractos não monopolistas da burguesia. O proletariado, bem mais forte e experiente do que na fase pré-monopolista, é, evidentemente, o alvo central da ditadura dos monopólios pois é entre ele e estes que se estabelece a contradição principal. Mas esta ditadura pode revestir ou combinar formas diferentes, desde a utilização do terrorismo até à tentativa de integração da classe operária no sistema, mediante o propósito de a fazer restringir as suas reivindicações ao campo económico, que é aquele em que elas podem mais facilmente ser satisfeitas. É assim que a melhoria das condições de vida da força de trabalho (aumentos salariais, seguros sociais, etc.) nem sequer impede a pauperização do proletariado em relação ao crescimento da produção e que a participação nos lucros oferecida aos operários não faz mais do que devolver-lhes uma parte mínima da mais-valia produzida por eles próprios.

Nenhum outro sistema económico-político é, portanto, mais inconciliável do que o capitalismo monopolista de Estado com a concepção catastrófica segundo a qual o desenvolvimento das contradições internas da sociedade burguesa conduziria necessariamente à desagregação desta. Com efeito, a ditadura dos monopólios caracteriza-se pelo emprego de um arsenal completo de mecanismos de intervenção económica, o que representa um freio mais poderoso do que qualquer outro à explosão automática da contradição entre as forças produtivas altamente socializadas e as relações de produção capitalistas. Além disso, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é policiado, nesta fase, por uma máquina estatal forte e eficiente. Finalmente, a prática da classe operária baseada na exclusividade das reivindicações económicas é frequentemente integrada no sistema sem prejuízos irrecuperáveis para este.

O capitalismo monopolista de Estado reforça, assim, o modo de produção

capitalista com armas poderosas (de natureza económica, política e ideológica) em face da luta de classe do proletariado. A extinção do modo de produção capitalista na etapa do capitalismo monopolista de Estado passa, em consequência, mais claramente do que em qualquer outra fase anterior, pela supressão do Estado da burguesia.

IV - PORTUGAL AQUI : A FORMAÇÃO ECONÓMICA

A formação social portuguesa é, como qualquer outra, uma realidade concreta e complexa que combina vários modos de produção e não coincide com o conceito abstracto de apenas um deles. É claro que o modo de produção dominante é o capitalista. Mas Portugal é um mosaico que comporta empresas de capitalismo tecnologicamente avançado ao lado de maquinofacturas da primeira fase do capitalismo industrial e mesmo de unidades artesanais, que engendram ainda relações de produção précapitalistas. Por vezes, coexistem na mesma empresa, como é o caso da ÇUF, unidades industriais de elevado nível tecnológico e outras de capitalismo primário.

As forças produtivas caracterizam-se pelo seu fraco desenvolvimento se as compararmos com as da maior parte dos países da Europa ocidental. Todavia, de 1960 até o presente, a produção cresceu mais do dobro. O capital financeiro (traço distintivo, como já vimos, da fase imperialista do capitalismo) não tem deixado de aumentar em peso absoluto e relativo. É assim que nos últimos anos, três quartos do montante total dos créditos de que o Estado português tem lançado mão são de origem nacional.

As relações de produção capitalistas apresentam uma extensão crescente, quer pela progressiva diminuição das pequenas unidades produtivas de natureza précapitalista quer pela proletarianização de certas camadas da pequena burguesia e do campesinato. Este fenómeno tem levado por vezes à conclusão de que em Portugal as relações de produção se encontram em avanço sobre o grau de desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, é preciso ter presente, além do inegável crescimento das forças produtivas à escala nacional, o facto de, no campo, a qualidade de operário agrícola coincidir frequentemente nos mesmos indivíduos com a de camponês e até com a de artesão, o que põe o problema de saber a que classe os indivíduos em questão se encontram mais intimamente ligados, tanto sob o ponto de vista económico (como produtores ou não de mais-valia) como sob o ângulo da ideologia neles prevalente. Não parece, assim, que Portugal apresente, em comparação com os países capitalistas mais avançados, nenhuma característica peculiar respeitante à relação entre as forças produtivas e as relações de produção.

Considerando globalmente a formação económico-social portuguesa, a sua característica mais marcante é a grande dependência em que ela se encontra em face do imperialismo estrangeiro. O domínio deste sobre Portugal exerce-se sobretudo através dos seguintes mecanismos:

1º- O comércio externo, em que as exportações portuguesas são insuficientemente diversificadas pois a maioria dos produtos mais representativos são provenientes da agricultura e da silvicultura (vinho, cortiça, resinosos, madeiras). Tal como sucede com as colónias e as semi-colónias, a lei da troca desigual rege o comércio externo português, ao ponto que nas relações comerciais com certos países cada tonelada chega a valer três vezes menos do que a tonelada importada.

2º- Os investimentos directos, com os quais muitas sociedades estrangeiras, em busca de matérias primas e de mão de obra baratas, têm procedido à instalação no nosso país de grandes unidades industriais, nomeadamente para o fabrico de calçado, de vestuário, de produtos alimentícios, electrónicos e para a montagem de automóveis, etc., que muitas vezes visam antes de mais o abastecimento interno dos próprios países investidores.

3º- A venda de exclusivos, que é talvez a forma dominante da infiltração do imperialismo estrangeiro em Portugal.

4º- O financiamento das grandes empresas portuguesas, que em alguns casos atinge 20% da formação bruta do seu capital fixo.

5º- Os empréstimos, cujo volume não tem cessado de aumentar de ano para ano a partir do início da última década.

6º- Finalmente, a emigração massiva para países de capitalismo avançado (mais de um milhão de portugueses no último decénio) não deixa de ser, também, um importante índice do domínio estrangeiro no nosso país, pois a exportação de mão de obra vai enriquecer os países que a recebem na medida em que estas não tiveram de prover às despesas imediatamente improdutivas da sua formação (alimentação, ensino, etc.) desde o nascimento dos emigrantes até à sua expatriação).

O domínio do imperialismo estrangeiro em Portugal não é, no entanto, um traço peculiar da formação económica portuguesa, como vimos já. Em comparação com países capitalistas mais avançados, a maior dependência do imperialismo estrangeiro em que Portugal se encontra representa uma diferenciação meramente quantitativa.

V - PORTUGAL ALI

Na presente fase imperialista, o colonialismo clássico deu lugar ao neo-colonialismo, que é o novo tipo de exploração efectuada directamente pelos monopólios sem a intervenção do antigo Estado colonial, mas através dos burguesias autóctones formalmente independentes. Ora, a característica peculiar da formação social portuguesa parece ser a persistência do recurso ao primeiro sistema como fonte de acumulação capitalista.

Até às primeiras décadas do século actual, o colonialismo português encontrava-se ainda na fase da pilhagem directa. O aparecimento tardio do capitalismo no nosso país e o seu lento desenvolvimento, provocado pela debilidade das forças produtivas, não tinham permitido a acumulação de capital nas colónias. Deste modo, a exploração colonial realizava-se exclusivamente através da mais-valia fornecida pelo trabalho semi-escravo nas grandes plantações e nas minas, o que exigia investimentos diminutos. Foi especialmente a partir do início das guerras, no princípio da década de 60, que esta situação começou progressivamente a modificar-se. As colónias foram então abertas aos investimentos de capitais estrangeiros e as infraestruturas económicas principiaram a desenvolver-se em virtude desse facto.

Actualmente, o sistema tem as seguintes características:

1º- Corresponde à necessidade imperiosa da burguesia industrial portuguesa de dispor de matérias primas a preços mais baratos do que os do mercado mundial. Este é o caso, nomeadamente, do algodão cultivado em Moçambique, em que se tem baseado a relativa prosperidade da indústria têxtil em Portugal. Tendo em consideração a falta de mão de obra provocada no nosso país pela emigração e, portanto, o aumento dos salários que daí decorre, o baixo preço das matérias primas torna-se ainda mais importante para a indústria portuguesa. Além disso, a inelutável associação do Portugal capitalista à Comunidade Económica Europeia alargada exige preços de custo competitivos que em muitos sectores só poderão ser conseguidos através do sistema actual de obtenção das matérias primas africanas.

2º- Permite minorar o défice crónico da balança comercial portuguesa, mediante a exportação dos produtos agrícolas africanos, dos minérios, do petróleo, etc.

3º- Fornece um mercado seguro para as exportações portuguesas, o qual absorve presentemente cerca de 25% dessas exportações. Este facto é tanto mais importante quanto a maior parte dos produtos exportados para África está submetida à concorrência internacional, como é o caso dos produtos alimentares, das bebidas e dos fios e obras têxteis.

4º- Fenómeno recente, trabalhadores africanos são já importados por Portugal para aqui venderem a sua força de trabalho por salários inferiores aos que são pagos aos portugueses.

As conclusões principais a que este quadro nos permite chegar são as seguintes:

1º- A lei da troca desigual, que, nos termos já apontados, joga em detrimento da formação económica portuguesa e em favor dos países do centro imperialista, regula, por maioria de razão, as relações económicas entre as colónias e a burguesia portuguesa, em evidente benefício desta. A formação eco

nómica portuguesa está, assim, nas diversas esferas estabelecidas pelo imperialismo mundial em torno do seu centro, na posição de simultaneamente explorada e exploradora.

2º - O sistema português em África tem ultimamente evoluído, como resulta do da crescente penetração de capitais estrangeiros, para uma espécie de domínio multinacional. Deste modo, grande parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores africanos foge das mãos da burguesia portuguesa para as dos capitalistas de outros países. Neste sentido o carácter peculiar do sistema português é mais aparente do que real, pois embora recorra aos moldes políticos do sistema clássico assemelha-se, sob o ponto de vista económico e no que respeite aos seus resultados, ao sistema neocolonialista.

VI - PORTUGAL AGORA : O CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO

O Estado é, como vimos, a organização política da classe economicamente dominante. Ele é sempre o instrumento de uma ditadura de classe, pois destina-se a reprimir a resistência das classes dominadas. Entre o Estado fascista e o Estado capitalista menos repressivo não existe uma diferença de natureza nem sequer uma fronteira definida, pois eles distinguem-se apenas pelo grau de violência de classe que são chamados a organizar.

Em Portugal, as reivindicações económicas do proletariado e a sua agitação política foram uma das causas da fascização do Estado. Na sua primeira fase, o Estado fascista português teve como objectivo primordial permitir a acumulação de capital mediante uma prática de baixos salários. A máquina estatal era dominada pela camada dos grandes capitalistas industriais e pelos bancos, aos quais foram associados os latifundiários em virtude da política de géneros agrícolas baratos exigida pelo baixo nível salarial. Na esfera económica, o instrumento deste domínio de classe foi a organização corporativa; na esfera política, o principal instrumento utilizado foi a suspensão de liberdades operárias (sindicais, de greve, etc.). Como resultado desta primeira fase do fascismo português, as forças produtivas não cessaram de crescer, o capital financeiro foi-se desenvolvendo, os monopólios foram surgindo e reforçando o seu potencial económico. Uma segunda fase foi então iniciada, em que os grandes agrários e a aristocracia bancária perderam a hegemonia no bloco dominante, em favor dos grandes industriais monopolistas. Esta situação foi o produto de uma lenta evolução no decurso do longo reinado de Salazar e tornou-se perfeitamente clara a partir do consulado de Marcelo Caetano.

O capitalismo monopolista de Estado tornou-se uma realidade no nosso país. O Estado adoptou numerosas formas de intervenção económica, já não a título supletivo de iniciativa privada mas sob a forma de investimentos directos. Foi assim que, ainda nos anos 50, foi criada a indústria siderúrgica e que a indústria petroquímica é actualmente objecto de um rápido desenvolvimento. A primeira central nuclear está prevista para 1978. Incentivam-se as fusões e absorções das empresas, estimulam-se as associações de exportadores com o objectivo de criar monopólios para o comércio externo, reforça-se a participação do Estado no capital das empresas privadas (não para apoiar os sectores de menor rentabilidade mas, ao contrário, para imobilizá-los no desaparecimento), criou-se um novo regime de crédito industrial, pôs-se de pé uma política de dirigismo de preços, procedeu-se a uma reforma fiscal comportando facilidades maiores para os monopólios e para os capitais estrangeiros. No campo, o número das explorações agrícolas tem diminuído em ritmo apressado, em resultado da reorganização das estruturas capitalistas da propriedade. Procedeu-se à industrialização dos produtos agrícolas, o que mostra a penetração do capital financeiro na agricultura. Criaram-se organismos novos para servirem de instrumentos do capitalismo monopolista de Estado, como o Fundo Especial de Reestruturação Fundiária, o Fundo de Fomento da Cooperação e outros. Em contrapartida, certos mecanismos da organização corporativa foram reconhecidos ou praticamente considerados como obsoletos, quando em oposição ao objectivo superior da concentração dos monopólios.

As características específicas do capitalismo monopolista de Estado em

Portugal são as seguintes:

1º - Ele coexiste, como já foi dito, com um grande número, embora em decréscimo, de pequenas empresas e até de unidades de tipo artesanal. Os monopólios, não obstante a sua maior produtividade, começaram mesmo por alinhar os seus preços sobre os das pequenas empresas, o que reforçou ainda mais o seu ritmo de crescimento.

2º - O capitalismo monopolista do Estado português tem actualmente uma meta bem precisa, que é a integração na Comunidade Económica Europeia alargada. A fase inicial deste processo será, como se sabe, a simples associação. A integração das economias de Portugal e da Espanha, apesar de não serem reciprocamente complementares, aparece como um instrumento importante da integração de ambas, em melhores condições do que isoladamente, no conjunto das outras economias da Europa capitalista. Dado que a C.E.E. exige um desenvolvimento alfandegário bem mais avançado do que o da EFTA, uma nova selecção das maiores empresas e o seu desenvolvimento por sectores entraram na ordem do dia do capitalismo português. Isso conduz a um incremento da concentração capitalista e à presente cilindragem das pequenas e médias empresas (que até agora contribuíram, como foi explicado acima, para o crescimento dos monopólios) ou à reconversão de parte delas como empresas satélites (fabricantes de peças acessórias, etc.).

3º - Largamente dependente do imperialismo estrangeiro, o capitalismo monopolista português é compelido a aumentar essa dependência a um ritmo mais veloz do que outros países da esfera imperialista. Com efeito, a estagnação dos investimentos públicos provocada pelas despesas com as guerras em África (que absorvem cerca de 10% do produto nacional bruto) e a acumulação de capital nacional ainda insuficiente obriga-o a recorrer aos capitais estrangeiros numa escala crescente, a fim de não deixar diminuir a taxa de formação do capital fixo das empresas.

4º - A continuação do sistema português em África, sob a forma política clássica, é outro traço específico do capitalismo monopolista de Estado no nosso país pelas razões já analisadas (necessidade de matérias primas a preços mais baratos do que os do mercado mundial, exportação de produtos coloniais e vantagens de um mercado semi-fechado para as exportações portuguesas). Todas as camadas da grande burguesia portuguesa e vários extractos da média burguesia estão por isso igualmente empenhados em assegurar a continuação deste sistema, inclusive o sector que se mostra mais sensibilizado pelo objectivo da integração europeia. A forma de manter esta situação não pode ser outra, nas condições presentes, senão a guerra, de que Portugal, aliás, satisfaz a maior parte das necessidades em material bélico, com as vantagens relativas, no modo de produção capitalista, desta espécie de investimentos públicos improdutivos.

Efectivamente, o neocolonialismo é por ora posto de parte pela burguesia portuguesa e também pelo imperialismo estrangeiro, nos seus pressupostos políticos, pelas razões seguintes:

a) a fraqueza económica do Estado português, que permite a livre penetração dos monopólios estrangeiros em África, sob a forma de um verdadeiro condomínio;

b) a própria dependência da maior parte dos monopólios portugueses em face dos monopólios estrangeiros (sociedades multinacionais e outros);

c) a grande debilidade das burguesias autóctones;

d) o facto de as operações armadas não terem ainda afectado gravemente o desenvolvimento económico (na perspectiva dos monopólios portugueses e estrangeiros) de Angola e de Moçambique;

e) a radicalização dos movimentos de libertação nacional.

A independência das minorias brancas está também, pelo seu lado, posta de parte na presente fase pois os colonos necessitariam da ajuda militar do Estado português para fazer face aos movimentos de libertação, o que tornaria a sua independência meramente formal.

5º - O capitalismo monopolista de Estado em Portugal dispõe actualmente de mecanismos importantes para obter a integração de largos extractos da classe operária no sistema ideológico capitalista. Com efeito, dada a baixa

produtividade do trabalho nas pequenas e médias empresas, o aumento da produtividade provocado pela concentração industrial permitirá aos monopolistas portugueses fazerem o que os dos países do centro imperialista não podem muitas vezes realizar: aumentarem os salários e, ao mesmo tempo, a taxa de exploração do proletariado.

Em conclusão, o capitalismo monopolista do Estado reflecte em Portugal, como tinha de suceder, as características dominantes da formação económico-social de nosso país: a sua extrema dependência do imperialismo estrangeiro e a acumulação de capital proveniente do sistema que mantém em África. Já vimos, todavia, que a dependência de Portugal em face do imperialismo estrangeiro não representa, em comparação com os outros países da periferia imperialista, senão uma diferenciação quantitativa, nada tendo de peculiar. E vimos também que o sistema português em África se assemelha actualmente, sob o ponto de vista económico e no que respeita aos seus resultados, ao neo colonialismo praticado na presente fase imperialista pelos países capitalistas avançados.

"Portugal aqui e agora" não é um país que exista em outro lugar e em outro tempo. As suas características específicas terão de ser analisadas e tomadas em consideração para a formulação de uma tática política justa. Mas, antes de mais, "Portugal aqui e agora" é um (qualquer) país cuja formação económica é dominada pelo modo de produção capitalista na fase do imperialismo, sob a protecção política do Estado da classe da burguesia. Fazermos deste país um "Portugal em parte nenhuma e nunca mais" é a condição para construirmos um "Portugal aqui e depois" a ele oposto.

Para isso, porém, é preciso começarmos, mais uma vez, por procurar a resolução do nosso problema, de acordo com a teoria política do socialismo científico, fora da nossa fronteira e do nosso tempo de portugueses.

Façamo-lo seguidamente em (demasiado) breves linhas.

VII - O PROBLEMA DO ESTADO

No modo de produção capitalista, mormente no capitalismo monopolista de Estado ou fase superior do imperialismo, torna-se extremamente aguda a contradição entre a propriedade privada dos meios de produção e o carácter social desta. O Estado da burguesia impede, porém, mediante os mecanismos já mencionados, que esta contradição se torne explosiva. O puro determinismo económico e a concepção catastrófica da sociedade burguesa não têm lugar na história: as contradições do capitalismo não explodem por si sós.

A luta entre as classes antagónicas foi sempre a força motriz do aparecimento, do desenvolvimento e da extinção de um novo modo de produção. A luta de classe é, assim, o motor da história.

A classe operária é aquela cujos interesses a impelem a lutar contra a burguesia no terreno económico mais coerentemente do que acontece com qualquer outra classe. Esta luta é capaz de arrancar concessões materiais ao capitalismo, como ficou demonstrado neste século e no anterior. Mas ela não pode conduzir à extinção do modo de produção capitalista, pois não toma consciência do papel exercido pelo Estado burguês como reproduzidor das relações de produção. Só a elevação da luta de classe do proletariado às formas capazes de destruir o poder político da burguesia organizada em Estado pode levar à emancipação da classe. Para que isso suceda é preciso que o proletariado engendre a consciência do seu objectivo final (isto é: a sua constituição em classe política/dominante) e que a vanguarda da classe seja a portadora da teoria política da realização desse fim último.

O socialismo científico é, simultaneamente, a prática de luta de classe do proletariado e a teoria coerente da sua autoemancipação. É este carácter de praxis que o distingue radicalmente de todas as utopias antigas e modernas. É a teoria do socialismo científico sobre a constituição do proletariado como classe dominante que estabelece a fronteira entre a estratégia baseada nessa teoria e todas as outras. Trata-se, no fundo, do problema do Estado, questão central de teoria e de prática políticas. As duas grandes queixas travadas a este respeito pelos fundadores do socialismo científico,

uma contra os reformistas e a outra contra os anarquistas, são hoje ainda mais actuais do que foram naquele tempo.

1º- Contra os reformistas de ontem e de hoje, o socialismo científico demonstra que não se trata, para a classe operária, de conquistar o aparelho do Estado burguês para utilizar as suas instituições mas sim de suprimir as suas engrenagens burocrática e repressiva e de criar um novo Estado adequado ao exercício do poder político pelo proletariado. Suporta que é da dita "dura da burguesia, nunca o Estado actual poderia ser um instrumento válido" nas mãos do proletariado como nova classe dominante.

2º- perante os anarquistas, que desejam a supressão do Estado burguês mas pensam que a classe operária não tem necessidade após essa supressão de criar o seu próprio Estado, o socialismo científico sustem que o proletariado é a classe cuja emancipação, ao contrário do que necessariamente se passou com todas as classes dominantes que o precederam, não comporta no seu bojo o domínio de nenhuma outra classe. A sua vitória final sobre a burguesia implica, assim, a extinção de todas as classes. Mas a passagem da sociedade capitalista à sociedade sem classes tem de efectuar-se forçosamente através de uma fase de transição da primeira à segunda. É nesta fase de transição que se opera a mudança qualitativa provocada pela destruição da formação social capitalista. É a expropriação dos expropriadores, em que a propriedade dos meios de produção deixa de ser privada e se torna social, que permite criar novas relações de produção em correspondência com o carácter das forças produtivas ou mesmo em avanço sobre elas. Mas como as classes continuam provisoriamente a existir, o proletariado tem a necessidade imperiosa de exercer a sua ditadura de classe por um período mais ou menos longo, para o que precisa de organizar-se em Estado. Sob o Estado desta ditadura provisória da maioria sobre a minoria, consuma-se a transição do capitalismo à sociedade sem classes. É esta transição que se chama socialismo, o qual é, assim, algo de demasiado sério e importante para não se confundecer com as utilizações oportunistas de que é objecto em todos os quadrantes do mundo. Diferente do Estado burguês na sua natureza classista, o Estado socialista ou da classe operária distingue-se (distinguir-se-á) também do primeiro quanto à forma do seu desaparecimento: em lugar de ser violentamente suprimido ele extingue-se-á com o desaparecimento das classes. Será então que, na expressão conhecida do principal criador do socialismo científico, "a administração das coisas tomará o lugar do governo dos homens".

VIII - O QUE É O REFORMISMO

Como ficou dito acima, os reformistas de todos os matizes e de todos os tempos negam, expressa ou tácitamente, a necessidade da supressão do Estado burguês. Eles defendem a idêa de nele participarem para a reforma parcelar da sociedade burguesa e da sua conquista para a realização dos objectivos da fase socialista ou de transição à sociedade sem classes. Instrumento da reforma do capitalismo, o Estado burguês seria, ele também, susceptível de reforma. Esta é, em breves palavras, a essência do reformismo.

A prática reformista resulta, como tinha de suceder, desta "teoria" mas funciona ao mesmo tempo como base dela.

1º- No campo da luta económica de classes, a prática do reformismo traduz-se na exclusiva formulação de reivindicações que não põem em causa o modo de produção capitalista, o que não permite, portanto, a sua transformação em reclamações políticas. É o economismo.

Em Portugal, o economismo é a essência da luta da classe operária desde há um século. Actualmente ele está destinado a um fracasso mais completo do que nos países capitalistas avançados pois, como já ficou dito, o capitalismo português pode, na presente fase de aumento da produtividade provocada pela concentração económica, satisfazer reivindicações salariais e simultaneamente aumentar a taxa de exploração do proletariado.

2º- No campo da luta política, o reformismo é orientado acima de tudo pelo objectivo da conquista do Estado burguês, o que o leva a prosseguir uma

via diferente daquela que seria necessária para a supressão deste. A via do reformismo é a que se harmoniza com o disfarce ideológico de Estado-de-todas-as-classes sob o qual se apresenta o Estado da burguesia: é a via eleitoral. Esta prática reformista é o parlamentarismo ou eleitoralismo.

Em Portugal, o reformismo eleitoralista é o traço dominante da generalidade das lutas políticas ocorridas desde há perto de 30 anos. Ele está condenado a um malôgro mais clamoroso do que nos países de ditadura menos repressiva da burguesia, pois o erro de supôr possível a utilização do Estado burguês para a construção do socialismo tem lugar numa situação histórica em que é perfeitamente clara a impossibilidade de uma qualquer participação na engrenagem estatal. A prevenção verbalista contra as "ilusões legalistas" como anteriormente a retirada das candidaturas não conseguem mascarar a incoerência extrema desta prática.

3º- O instrumento orgânico da prática política reformista é o frentismo. Como, com a conquista do Estado burguês, os reformistas não visam outra coisa a não ser exercerem a gestão social-democrata da sociedade capitalista, nada é mais natural do que a constituição de largas frentes (sob este ou outro nome) compreendendo os sectores da burguesia que não se encontram representados no bloco político dominante: grandes camponeses, pequenos e até média burguesia industrial e comercial. A unidade dos explorados faz-se, assim, com os que são impedidos de explorar, quando não também com os que exploram ... menos do que os outros. Este tipo de coligação inter-classista, preconizado pelo 7º congresso da 3ª Internacional em oposição à estratégia anterior chamada de "classe contra classe", correspondeu aos seguintes objectivos e condições históricas:

a) segunda fase da defesa da URSS perante os Estados imperialistas europeus;

b) tentativa, em diversos países, de oposição à conquista do Estado pelas forças fascistas nascentes, para o que utilizou a democracia burguesa ainda então existente;

c) pluralidade de organizações partidárias reclamando-se da classe operária, o que levou a uma unidade de tipo entre elas.

Mesmo em função destes objectivos (e abstraindo já da natureza falaciosa do objectivo supremo da conquista do Estado burguês e não da sua supressão) o frentismo foi sempre e em todas as latitudes um fracasso completo.

Em Portugal, o frentismo tem sido (mais do que uma realidade) uma meta constante da nossa prática política desde os anos 40: MUNAF (1943 a 1945), MUD (1945 a 1949), MND (1949 a 1956), comissões eleitorais (1957, 1958, 1961, 1965, 1969), MOD (1970). O seu malôgro mede-se pelas grandes dificuldades em contradas sempre para a sua constituição e pela extrema facilidade da sua desagregação. Ele corresponde, além dos vícios próprios do esquema, ao carácter mecanicista da aplicação deste às condições nacionais, que são precisamente as inversas daquelas para que tal esquema foi elaborado (vd. acima as alíneas "b" e "c"). O problema africano veio, na actualidade, tornar este esquema ainda mais incoerente do que anteriormente, na medida em que, como ficou dito, grande parte da média e até da pequena burguesia industrial e comercial depende, como a grande burguesia, das matérias primas abaixo dos preços do mercado mundial obtidas em África.

Em conclusão, podemos dizer que o reformismo, na sua triple forma economicista, eleitoralista e frentista, significa a negação completa (e a mais perigosa) do socialismo científico, conquanto por vezes se reclame dele, pois baseia-se nos erros e cria as ilusões seguintes:

1º- crê que o Estado burguês pode ser, na mão de forças políticas ligadas à classe operária, o instrumento da realização do socialismo ou fase inferior da sociedade sem classes;

2º- admite que, pela simples luta económica e pela participação em um ou outro órgão do Estado burguês (governo, parlamento), pode ser instaurada uma forma intermédia de Estado burguês democrático (Estado de democracia "avançada", etc.) que introduziria desde logo elementos sectoriais do socialismo na sociedade capitalista, ignorando assim o completo malôgro de todas as experiências tentadas até hoje;

3º- cria, deste modo, a ilusão de que é possível adquirir posições estáveis sob o Estado burguês;

4º- sob o ponto de vista organizativo, tende para a formação de alianças ou sociedades por quotas entre classes antagónicas, nega a existência de objectivos próprios do proletariado e orienta a luta de classe por forma a que ela não provoque, acima de tudo, a ruptura daquelas alianças.

A um outro nível teórico e recordando o que ficou escrito no início desta comunicação, não é difícil verificar que o reformismo se baseia fundamentalmente na falsa concepção de desagregação catastrófica da sociedade burguesa e na degenerescência praticista. Foi assim que, numa fase em que os reformistas falavam claro, um dos seus principais dirigentes (E. Bernstein) resumiu a sua "teoria" revisionista na célebre frase: "o movimento é tudo, o objectivo final não é nada".

IX - O PROJECTO DA MUDANÇA "QUALITATIVA"

O socialismo científico, ao contrário do reformismo, sabe que a consciência do objectivo final do proletariado (a supressão do Estado burguês, como reprodutor das relações de produção capitalistas, e a sua constituição como nova classe politicamente dominante) é o fermento necessário para transformar a luta da classe operária numa praxis susceptível de alcançar esse objectivo. Nos países em que a revolução democrática burguesa não tenha sido ainda consumada (o que não é hoje o caso dos países do ocidente europeu), o socialismo científico admite que o proletariado (e não a burguesia) começa por levar a cabo essa revolução. Mas esta tarefa exige, tal como a construção do socialismo, a existência do Estado da classe operária.

O socialismo científico considera uma frase óca a menção de um Estado burguês democrático de transição ao socialismo, isto é: a transição à transição, com que o reformismo pretende adiar e, no fim, escamotear o problema da necessária supressão do Estado burguês. Apenas a concepção parlamentarista da conquista do poder pode levar a esta idêia mítica. Na fase superior do imperialismo, que é o capitalismo monopolista de Estado, todos os projectos e tentativas de simples reforma do Estado revestem-se do absurdo suplementar de considerarem possível uma confraternização de classes na utilização da máquina estatal quando o antagonismo entre elas se torna justamente mais agudo na esfera económica.

Sem a supressão do Estado burguês sob todas as suas formas não pode, como ficou dito, extinguir-se o modo de produção capitalista. E sem a extinção deste modo de produção não pode verificar-se a liquidação dos monopólios, que são a lei peculiar do seu desenvolvimento durante a fase imperialista. É portanto a libertação de uma dada formação económica em face do domínio do imperialismo estrangeiro.

O inimigo principal da classe operária de cada país é, assim, a burguesia desse mesmo país, o seu Estado de classe. Como combatê-los então, no terreno da luta de classes, de forma a atingir o objectivo final do proletariado, a supressão do Estado burguês?

O socialismo científico considera que as lutas económicas são o suporte das reivindicações políticas. Por isso, ao contrário do reformismo económico, relaciona as primeiras com as segundas e politiza aquelas no sentido de conduzir largas camadas do proletariado à consciência do seu fim último como classe.

No contexto especificamente político, o socialismo científico defende o princípio, contra os anarquistas, da participação da classe operária em todos os planos em que tem lugar a luta de classes. Sob o Estado burguês não faz falta o parlamento é, sem dúvida, um desses planos e a luta parlamentar não é, portanto, de excluir. Mas, ao contrário da "teoria" e da prática social-democrata dos reformistas, o parlamentarismo defendido pelo socialismo científico não se apresenta como uma via autónoma, que só pode desembocar na ilusão da conquista do Estado burguês ou na desilusão do insucesso eleitoral. O parlamentarismo que o socialismo científico preconiza é anti-parlamentar, é de natureza "radical", visa à agitação e à propaganda contra a concepção

reformista do parlamento, como Ulianov o pôs em prática em diversas circunstâncias (Segunda Duma, Préparlamento, Conferência Democrática, Assembleia Constituinte). Nos países de Estado burguês em que, como sucede em Portugal, não pode haver lugar para este (nem para outro) parlamentarismo, uma forma correspondente de eleitoralismo "radical" e anti-eleitoral é a única a dever ser prosseguida pois, no fundo e contra as aparências, não é de natureza diversa da do parlamentarismo "radical".

De acôrdo com os anarquistas e contra todos os "cretinismos parlamentaristas" (para aplicar uma fórmula clássica), o socialismo científico reconhece o papel insubstituível desempenhado pela violência; mas, em oposição ao anarquismo, não vê nela o motor principal da vida social (que é a luta de classes) mas sim a "parteira da história", segundo a expressão empregue por um dos fundadores da doutrina.

A supressão do Estado burguês será uma mudança brusca, "radical" e qualitativa. Ela terá de ser preparada por uma acumulação gradual e lenta de mudanças quantitativas resultantes das lutas económicas e políticas do proletariado. Mas enquanto o reformismo mostra a sua natureza oportunista ao visar apenas as últimas como se elas pudessem transformar-se automaticamente na primeira, o socialismo científico preconiza as mudanças quantitativas com os olhos postos na mudança qualitativa e na preparação da situação de que ela poderá surgir por um salto brusco. Para ele, portanto, as lutas económicas e políticas, pacíficas e não pacíficas, não podem consistir numa justaposição de acções sem nexos internos nem, menos ainda, sem a predominância de um ou outro tipo de acções sobre os restantes. Esta predominância, estabelece-a o socialismo científico não de uma maneira ahistórica e dogmática mas de acôrdo com a "análise concreta da situação concreta". É o problema da tática, que é a aplicação da estratégia à situação concreta que fôr dada. Saber qual deve ser a direcção principal, em cada fase histórica e em cada país, da luta de classe é o problema fundamental que se põe permanentemente à classe operária e à organização ou organizações políticas que a representam. Quando este problema não é resolvido com clareza, é porque o oportunismo, o empirismo, a degenerescência praticista tomaram o lugar da tática.

Finalmente, quanto às alianças: o socialismo científico reconhece a necessidade de alianças do proletariado com as camadas assalariadas da população e, onde ele exista como classe explorada, com o campesinato. Estas alianças são de natureza tática e tornam-se necessárias, sob a direcção da classe operária, para a supressão do Estado burguês e, mesmo após, durante o primeiro período da fase socialista ou de transição à sociedade sem classes. Mas o socialismo científico não pode tolerar que o proletariado volte a constituir-se como classe sem reivindicações próprias, transformada em força subalterna a quem cabe simplesmente apoiar as reivindicações de outras classes. Esta é, no plano da organização, a distinção fundamental entre o socialismo científico e o reformismo frentista.

X- PORTUGAL AQUI E DELOIS

No nosso país, o reformismo deparou e depara ainda com condições mais favoráveis do que as que existem em muitos outros países capitalistas. O atraso do aparecimento e do desenvolvimento do capitalismo em Portugal levou à formação orgânica tardia do proletariado. Quando tal se verificou, já no início da segunda metade do século passado, a debilidade da classe não lhe permitiu ultrapassar as formas elementares de consciência espontânea ou económica nem, portanto, as formas organizativas que lhe correspondem: o mutualismo, o cooperativismo. Sem consciência do seu objectivo final como classe, o proletariado português limitou-se na maior parte das vezes, até fins do primeiro quartel deste século, a fazer suas as reivindicações políticas da burguesia radical. Daí a sua imaturidade política, a débil (e deformada) penetração do socialismo científico na classe, a influência exercida nela primeiramente pelo socialismo pequeno-burguês e depois pelo anarquismo, a ausência de grandes lutas de classe quanto à sua extensão, intensidade e duração (em comparação com as lutas do movimento operário em muitos ou-

tros países capitalistas).

Geograficamente descontínua e empresarialmente esparsa, a maioria da classe operária portuguesa é levada ainda hoje a adoptar o programa político da burguesia anti-fascista, como aconteceu em 1945, em 1958 (em torno do bonapartismo potencial do general H. Delgado), em 1961 e em 1962. Deste modo, o reformismo tem sido, até há poucos anos, a característica dominante da prática política do proletariado. Quando os reformistas falavam claro em Portugal, "teorizaram" esta prática sob o nome de "política de transição" (1945 a 1948): ela apelava à confraternização entre as classes, anunciava a possibilidade da desagregação espontânea ou catastrófica da forma de Estado em vigor e prometia mesmo para breve esse presente da natureza. Embora afastada depois em termos verbalistas, a "política de transição" continuou a orientar a luta de classe do proletariado, na medida em que a sua essência reformista não deixou de inquinar a teoria e a prática daquela luta. Basta lembrar neste momento a recente "teoria" do pretenso avanço no nosso país das relações de produção capitalistas sobre as forças produtivas, que atrás foi referida e não visa senão a justificar a ideia de que a tarefa da classe operária portuguesa seria a de levar a cabo a reestruturação democrática da burguesia. Na prática, o reformismo é hoje como era dantes o potúrio que regista as acções espontâneas da classe aguardando tranquilamente a desagregação burocrática do Estado repressivo da burguesia.

Tal como em outros países capitalistas (é o caso da França, com o seu actual "movimento reformador"), os reformistas portugueses têm presentemente à sua direita outros reformistas, estes perfeitamente inofensivos e que como tal se confessam, cujo projecto reformador inteiramente estranho à classe operária permite aos primeiros exercer o papel (fácil) de críticos, tentando assim fazer esquecer o seu próprio reformismo. Mas, como em outros países, a falência do projecto reformista-frentista é já perfeitamente patente para os extractos mais conscientes da classe operária de Portugal. A negação, na prática e na teoria, da doutrina e da estratégia do socialismo científico levou necessariamente à ausência de uma tática clara e coerente que nenhum verbalismo pode esconder por mais tempo.

A tarefa mais urgente é ajudar por todas as formas a clarificar ainda mais esta situação. Em primeiro lugar, impõe-se fazê-lo na teoria, utilizando para isso, segundo a expressão do principal criador do socialismo científico, a "arma da crítica". É preciso desmistificar todas as fórmulas políticas sacramentais usadas desde há 30 anos até agora (na realidade sempre as mesmas), o triunfalismo demagógico, os apelos estereotipados, os ritos de igreja, o sistema de frases encantatórias repetidas incansavelmente pelo eco reformista. Mas incompleta será essa crítica teórica se uma nova prática não lhe corresponder. O que esta prática não deve ser ficou exposto atrás, assim como a estratégia classista sobre a qual ela deverá basear-se para poder configurar uma tática justa. Essa tática, porém, terá de tomar também em consideração a situação concreta e por isso não pode ser rigidamente definida para todas as circunstâncias, sob pena de resultar numa caricatura dogmática do socialismo científico.

O que é preciso é que a vanguarda da classe operária portuguesa se torne capaz de prever as situações favoráveis, de antecipar-se a elas e de orientar a luta de classe do proletariado de forma a aproveitar essas situações em vista do objectivo final da classe. As últimas crises favoráveis, em 1962 e 1968, surgiram e terminaram em Portugal, como outras anteriores, sem haverem tido quaisquer consequências além da sua inscrição burocrática no livro de registos do reformismo. Mas outra crise virá. Ela deverá ser prevista com a antecipação necessária pela "arma da crítica" que, no decurso do processo, terá de saber transformar-se no seu inverso entre as mãos da classe operária e das massas trabalhadoras.

"Portugal aqui e agora" tornar-se-á um "Portugal em parte nenhuma e nunca mais". Um "Portugal aqui e depois" poderá então ser construído. E certamente o será.

CONCLUSÕES

1º - O resíduo da teoria política em nome da realidade é um falso realismo.
Enganam-se rotundamente aqueles que, julgando orientar-se pelo sentido do real, pensam poder agir eficazmente sobre a sociedade sem recorrerem à teoria. Eles não passam, no nível do conhecimento da realidade, do simples empirismo, o que os leva no domínio da acção a uma (ou outra) forma de praticismo, incapaz de produzir qualquer mudança social qualitativa. Este praticismo, aliás, é a maior parte das vezes um produto do oportunismo com que, em períodos de crise do movimento, se pretende esconder a falência das idéias políticas pelas quais ele se guia.

2º - O socialismo científico é a teoria do processo histórico e a praxis do proletariado até o desaparecimento das classes.
O socialismo científico é a teoria política da classe operária no seu movimento objectivo para a autoemancipação. Ele parte do próprio movimento da classe fornecendo-lhe os instrumentos teóricos para a interpretação e para a orientação desse movimento. Ele considera que o proletariado é a única classe, em todo o processo histórico da humanidade, cuja emancipação implicará necessariamente a extinção para sempre das divisões classistas da sociedade. Mas essa emancipação, embora inscrevendo-se no sentido da história, tem de ser o resultado da acção da própria classe, pois as contradições internas do modo de produção capitalista não explodirão por si sós, como já mais explodiram automaticamente as contradições internas de qualquer outro modo de produção precedente.

3º - O Estado impede a desagregação automática do modo de produção capitalista, mormente na fase do capitalismo monopolista de Estado.
O Estado, como organização política da classe economicamente dominante, tem como função principal, através da sua máquina administrativa e do seu aparelho repressivo, reproduzir as relações de produção existentes e reprimir a resistência das classes dominadas. Ele é, deste modo, o freio mais importante que impede a explosão automática das contradições internas do modo de produção dominante. No estado superior do modo de produção capitalista, que é o imperialismo (e sobretudo na última fase deste, que é o capitalismo monopolista de Estado), a máquina estatal comporta mecanismos de repressão e (ou) de integração da classe operária mais poderosos do que qualquer outra forma de Estado.

4º - A supressão do Estado da burguesia é a 1ª condição da emancipação da classe operária; a 2ª condição é a constituição do proletariado como nova classe politicamente dominante.
O socialismo científico chega à conclusão de que a emancipação da classe operária exige necessariamente a supressão do Estado da burguesia e que, como a classe burguesa continuará a existir não obstante essa supressão, o proletariado deve constituir o seu próprio Estado como nova classe dominante. Mas o novo Estado é provisório, só existirá enquanto existirem as classes, tem justamente por missão tornar possível a transição da sociedade burguesa à sociedade sem classes. E sob a ditadura exercida pelo novo Estado que se procede à expropriação dos expropriadores e é construído o socialismo. Ao contrário do Estado burguês (ditadura da minoria sobre a maioria) que terá de ser suprimido violentamente, o Estado da classe operária (ditadura da maioria sobre a minoria) extingui-se progressivamente com o desaparecimento das classes. O socialismo é esta fase transitória, a fase inferior da sociedade sem classes.

5º - O reformismo é a negação do socialismo científico.
O socialismo científico opõe-se intransigentemente à concepção reformista, que pensa que a sociedade burguesa pode ser reformada e o Estado da burguesia conquistado por forças políticas ligadas à classe operária e depois utilizado por estas para a construção do socialismo. O socialismo

científico combate, assim, o esquema reformista nos planos económico (economismo), político (parlamentarismo ou eleitoralismo) e organizativo (frentismo). Ele combate especialmente a ideia de uma confraternização de classes antagónicas, de uma gestão inter-classista da sociedade tanto sob o Estado burguês (Estado de "democracia avançada", etc.), como sob o Estado socialista ou de transição.

6º - A vanguarda do proletariado deve ser a portadora de consciência do objectivo final da classe.

A consciência permanente do fim último do proletariado (isto é: a sua constituição como nova classe politicamente dominante) é o elemento imprescindível, por parte da sua vanguarda, para que as lutas económicas e políticas da classe possam desenvolver-se segundo uma tática justa capaz de adaptar a estratégia classista à situação concreta analisada, de não cair em nenhum praticismo nem teoricismo, de não perder de vista a prática real da luta de classes, de saber prevê-la e, antecipando-se a ela, orientá-la.

7º - As particularidades do caso português não afastam nenhuma característica geral do modo de produção capitalista e do Estado da burguesia na fase imperialista.

Em Portugal, é evidente que a formação económica e a forma de Estado existentes possuem particularidades que terão de ser tomadas na devida conta no momento da formulação tática. Mas a primeira condição para que essas características próprias possam ser submetidas a uma análise correcta é começar por fazer essa análise em função dos traços gerais do modo de produção capitalista e do Estado de classe da burguesia. Ora, as inegáveis particularidades de Portugal (dependência acentuada do imperialismo estrangeiro, recurso aos moldes políticos ultrapassados de exploração de outros povos, coexistência do capitalismo monopolista de Estado com formas de capitalismo primário, Estado da burguesia chamado a organizar um alto grau de violência de classe, etc.) não alteram em nenhum ponto fundamental o quadro geral do modo de produção capitalista e do Estado da burguesia durante a fase imperialista.

8º - A mudança "qualitativa" da sociedade portuguesa passe pela supressão do Estado burguês.

A estratégia do socialismo científico para a mudança "qualitativa" da sociedade portuguesa é a mesma que para qualquer outro país capitalista: ela passa necessariamente pela supressão do Estado da burguesia. Visto não haver regresso a um capitalismo sem monopólios nem ser possível quebrar o elo português da cadeia imperialista sem extinguir em Portugal o modo de produção capitalista, não poderão os monopólios desaparecer no nosso país nem este tornar-se independente do imperialismo estrangeiro a não ser pela supressão do Estado de classe da burguesia portuguesa. A luta anti-monopolista e a luta anti-imperialista não podem fazer esquecer que o inimigo principal da classe operária de Portugal é a sua burguesia.

9º - A realidade portuguesa condena o reformismo a um malôgo completo.

O esquema reformista recebe, no caso português, uma condenação mais flegante do que em muitos outros países capitalistas. Assim sucede com o economismo, pois o capitalismo monopolista pode actualmente em Portugal, com relativa facilidade, satisfazer majorações salariais e ao mesmo tempo aumentar a taxa de exploração do proletariado. Assim acontece com o eleitoralismo, pois ele é no nosso país duplamente incoerente dada não só a impossibilidade da conquista do Estado como a do funcionamento normal do parlamento. Assim se verifica com o frentismo, tendo em conta que ele continua condenado ao papel de simples projecto (errado): o problema de África é uma causa (acessória) deste facto, dado que as matérias primas de Angola e de Moçambique são tão importantes para largas camadas da média e pequena burguesias como para a burguesia monopolista.

10ª - O declínio do reformismo iniciou-se já em Portugal. É o resultado, sobretudo, do exercício da "arma da crítica" pela vanguarda da classe operária portuguesa. Esta é a primeira arma do proletariado ao tomar consciência do seu objectivo final como classe: mas não será a sua última crítica.

Argel, Fevereiro de 1973
M. Bertório

IMPRIMERIES

PAR AVION
CONGO

Banyville

B.P. 2353

M.P.L.A.

Dr. Agostinho Neto



IMPRIMERIES

PAR AVION

Manuel SERRAJO
11, Rue du Hoggar
Hydra
ALGER-ALGERIE